

**DOM CASMURRO E O MACHISMO OCULTO**

PATEL, Maria Cecilia Ranzan;

PONCIO, Caroline Machado;

MULLER, Eduarda;

VIEIRA, Daniel Mateus

SAVARIS, Mariana;

WELCHEN, Dirce.

## Resumo

O texto busca relacionar o livro "Dom Casmurro", escrito por Machado de Assis, com o Direito, vinculando, de forma breve, o mundo jurídico da época, com o da atualidade. O livro foi publicado no final do século XIX e trata de um relato moral, no qual, Bento acusa sua mulher, Capitu, de traí-lo. Na época, o adultério, além de ser algo pecaminoso, devido à forte influência da Igreja Católica, era criminoso, pois era tido pelas leis como um crime, diferente dos dias atuais, em que, segundo a lei nº 11.106/05 deixou de considerar adultério um ato criminoso (BRASIL, 2005). A obra retrata um período no qual a submissão feminina ainda estava muito presente e o fato da traição partir da mulher agravava toda a situação, o que acabou levando Bentinho a pensar, diante da possibilidade de traição, em suicídio, chegando ao cúmulo de quase matar o filho de Capitu, que ele acreditava ser de outro homem. Buscando um método menos agressivo, Bentinho levou Capitu e Ezequiel para a Europa, onde os abandonou sem prestar nenhum auxílio, atitude essa que teria consequências jurídicas nos dias atuais, tendo em vista a não prestação

de auxílio para o menor, nos termos do art. 5º, inciso LXVII, da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Também é relevante, na obra, que somente o ponto de vista do marido é exposto, o que gera dúvidas no leitor, já que o ciúme doentio pode fazer com que esse homem relate cenas inexistentes. Tais devaneios, aliados à falta de provas, deixam clara a inocência de Capitu, ao menos no mérito da traição em si. A busca incessante de Bentinho pela confirmação da traição e a falta de indícios palpáveis, provas incontestáveis ou certezas inalienáveis para que se tivesse a confirmação do caso de Capitu e Escobar, fez surgir no processo penal a Síndrome de Dom Casmurro, que seria a denominação dada a um julgador que apresentasse um desvio de conduta, deixando de ser juiz julgador, tornando-se juiz acusador, investigador, promotor e e julgador. Dessa forma, toda a essência da função de juiz seria perdida, impedindo a garantida a imparcialidade e, assim, que o direito seja aplicado corretamente. Infere-se, portanto, que o livro Dom Casmurro, escrito por Machado de Assis, pode se relacionar com o mundo jurídico, permitindo aos interessados a realização de comparações entre o mundo jurídico atual e o do período em que a obra foi escrita.

maria\_ranzan@hotmail.com;dirce.welchen@unoesc.edu.br.